



redação de
CAMPEÃO

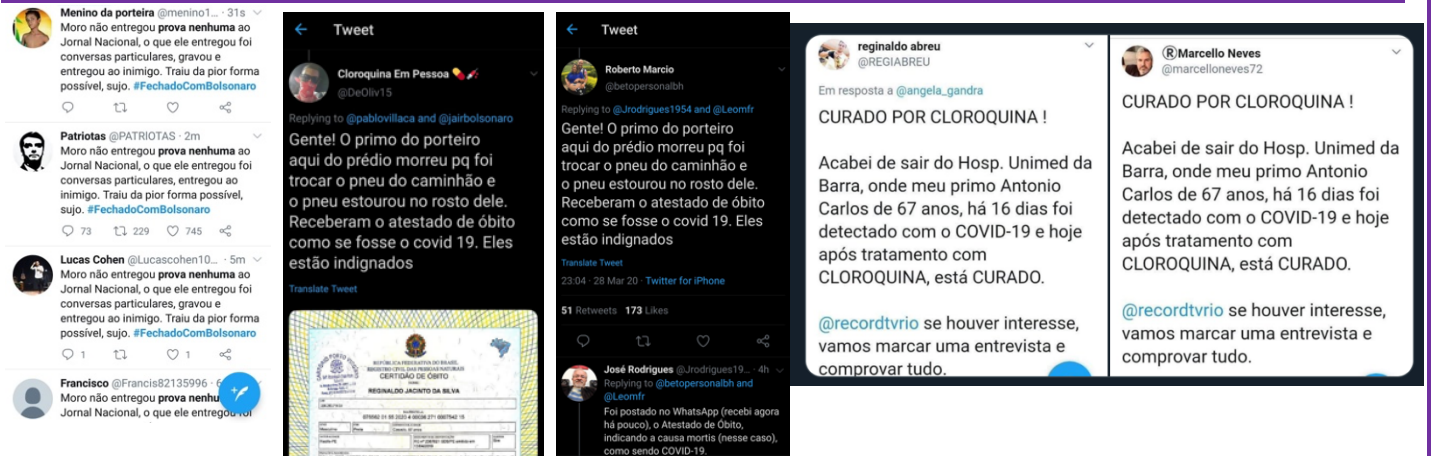
**Aula 13-
“IMPACTOS NEGATIVOS DO USO
INDISCRIMINADO DA INTERNET”**

Professora Cândia Almeida

Professor João Filipe Magnani

contato@redacaodecampeao.com.br; www.redacaodecampeao.com.br

TEMA: IMPACTOS NEGATIVOS DO USO INDISCRIMINADO DA INTERNET



Combate à desinformação sobre covid-19 em redes sociais atinge bolsonaristas (Poder360, 24.mar.2020)

Postagens de 22 de março do senador [Flávio Bolsonaro](#) (sem partido-RJ) e do ministro do Meio Ambiente, [Ricardo Salles](#), foram excluídas do Twitter por violar as regras da rede social. Eles haviam compartilhado 1 vídeo de 30 de janeiro de 2020, no qual o médico [Drauzio Varella](#) diz não haver motivo para preocupação quanto ao coronavírus no Brasil.

Na época da publicação do vídeo, nenhum caso havia sido confirmado no país.

A equipe responsável pelos perfis de Varella nas redes sociais [chamou](#) o compartilhamento descontextualizado de “*desserviço*” e [disse](#) que a situação em torno do coronavírus muda rapidamente.

A ATUAÇÃO DO TWITTER

O Twitter adotou [1 plano](#) para conter a desinformação sobre a pandemia. Entre as medidas, destaca-se o aumento no uso de tecnologia (*machine learning* e automação) para rastrear conteúdos que possam ser abusivos ou manipuladores.

Também foi atualizada a lista de tweets que infringem as regras da rede social. Além de denúncias, o Twitter está trabalhando junto a parceiros, como autoridades de saúde pública e governos, para revisar os conteúdos e tomar providências quando necessário.

A empresa solicita aos usuários que removam seus tweets que contenham, entre outros:

- negação das recomendações de autoridades de saúde;
- descrição de tratamentos ou medidas de proteção ineficazes;
- descrição de tratamentos prejudiciais;
- negação de fatos científicos estabelecidos;
- afirmações não verificadas que causam pânico generalizado.

O YouTube também [adotou](#) medidas de combate à desinformação. Na [página inicial](#), os usuários são direcionados a conteúdo produzido pela [OMS](#) (Organização Mundial da Saúde) ou outras organizações relevantes.

A plataforma também já removeu milhares de vídeos com informações perigosas ou enganosas sobre o vírus. São continuamente removidos vídeos que promovem métodos de prevenção ineficazes ou prejudiciais, ao invés de orientações médicas verificadas.

Exemplo é o [vídeo do escritor](#) Olavo de Carvalho “Histeria não é coragem!”, em que ele diz que a “*epidemia simplesmente não existe*”. A plataforma excluiu o conteúdo por violação às diretrizes da comunidade

WhatsApp reduz em 70% a circulação de mensagens virais

[PODER360](#) 27.abr.2020

O WhatsApp diminuiu em 70% a circulação de mensagens consideradas virais. A redução é resultado de estratégia adotada desde 7 de abril, quando a empresa decidiu limitar o repasse de mensagens visando combater a desinformação, os boatos e as notícias falsas sobre a pandemia de covid-19, além de se manter como meio de contato pessoal e privado.

Desde que a mudança foi adotada, mensagens que já tenham sido encaminhadas 5 vezes (ou mais) na plataforma só poderão ser reencaminhadas para 1 contato ou grupo por vez.

Em post no blog oficial, a empresa diz que muitos usuários usam a função “encaminhar” para compartilhar informações úteis ou divertidas. Mas notou-se 1 aumento na quantidade de mensagens encaminhadas que “podem contribuir para a disseminação de boatos e informações falsas”.

A empresa doou US\$ 1 milhão à IFCN (Rede Internacional de Checagem de Fatos) para aumentar a quantidade de organizações de checagem de fatos em parceria com a plataforma.

O que falta para Bolsonaro ser banido das redes?

Redes sociais deletaram posts do presidente por compartilhar desinformação que pode causar danos à população diante da crise da Covid-19

(Folha de S.Paulo, 31.mar.2020)

Twitter, Instagram e Facebook [apagaram postagens](#) de Jair Bolsonaro, nas quais ele passeia por algumas localidades do Distrito Federal, entra em estabelecimentos, conversa com comerciantes e apoiadores, o que desrespeita todas as

recomendações da OMS (Organização Mundial da Saúde) e também do seu próprio ministro.

A justificativa é de que o presidente compartilha desinformação que pode causar danos à população diante da crise da Covid-19.

A iniciativa é bastante significativa. Entre líderes mundiais, apenas o ditador venezuelano Nicolás Maduro sofreu esse tipo de sanção ao indicar uma bebida que poderia ser útil para curar a Covid-19. Mas ainda é pouco.

O Twitter, assim como as outras redes, parece ter hibernado nos últimos dois, três anos, e só agora percebeu o que acontece debaixo do seu nariz.

Fake news, assassinato de reputações, perseguições e linchamentos. Todo tipo de comportamento abjeto e abusivo, ignorado durante o tempo em que a rede social dos 140 caracteres voltou a ter relevância.

A questão que ronda a plataforma é que, ao deixar as rédeas muito soltas, o Twitter foi conivente com o empobrecimento do diálogo e com a escalada dos discursos de ódio e a perda de controle sobre a disseminação de fake news.

Agora corre contra a própria negligência, também para se defender das críticas que só crescem e devem piorar num momento em que a desinformação ganha potencial destruidor diante da Covid-19.

No ano passado, a empresa cancelou milhares de contas em todo mundo, muitas ligadas a atividades públicas. Hoje, tem respondido a denúncias com cancelamento de contas e, novidade mais do que esperada, resolveu punir personalidades conhecidas por manipular informações, compartilhar notícias falsas, perseguir adversários políticos.

A OMS negou que tenha mudado de direção sobre a necessidade do isolamento e seu diretor teve que ir ao Twitter

Mariliz Pereira Jorge - Jornalista e roteirista de TV.

Bolsonavírus e o autoritarismo do sr. Twitter

Redes sociais têm sido pressionadas a adotar medidas contra discursos de ódio e fake news

Bolsonaro é uma pessoa rudimentar, instável e inconsequente. Age por instinto, despreza o conhecimento científico e é invariavelmente beligerante e errático, características que o tornam incapaz de confortar e de liderar a sociedade brasileira num momento de extrema dificuldade como o atual.

Suas atitudes irresponsáveis durante a crise do coronavírus, ora menosprezando verbalmente a pandemia, ora ignorando as orientações sanitárias, agravaram, e muito, a sensação de desgoverno. Se já não bastasse a aflição, o sofrimento e a dor, o país está desorientado.

Dito isso, o Twitter não pode censurar o presidente do Brasil, eleito democraticamente com 57,7 milhões de votos. Bolsonaro tem o direito de dizer o que pensa e de defender o seu ponto de vista, mesmo que de modo inoportuno e insensato.

Os posts apagados por sabe-se lá quem na multinacional eram imagens do tour que o presidente fez no Distrito Federal, contrariando as recomendações do seu próprio ministro da Saúde, Luiz Henrique Mandetta. Nos vídeos, ele prega a substituição do isolamento social pelo isolamento vertical (apenas para idosos e portadores de doenças crônicas) e cita o uso de cloroquina para o tratamento da doença, embora isso ainda esteja em fase de testes, sem comprovação de sua eficácia.

Rogério Gentile Jornalista, foi secretário de Redação da Folha, editor de Cotidiano e da coluna Painel e repórter especial.

Coronavírus: projeto exige verificação de fake news nas redes sociais

(27 de abril de 2020)

Os deputados Felipe Rizoni (PSB-ES) e Tabata Amaral (PDT-SP) e o senador Alessandro Vieira (Cidadania-SE) protocolaram projeto que exige a verificação de *fake news* e o envio de notificação aos usuários que tenham sido expostos à desinformação nas redes sociais. A chamada Lei Brasileira de Liberdade, Responsabilidade e

reforçar a importância de que governos providenciem políticas econômicas para beneficiar a população que está sem renda.

Mas o estrago já está feito. Os bolsonaristas usam o órgão de saúde mais importante do mundo para bancar seus delírios e comprometer os esforços feitos para convencer as pessoas da importância de ficar em casa e de cobrar do governo federal o suporte para atravessar a crise da Covid-19.

Não parou por aí. Nesta quarta (1), tanto o presidente quanto seu filho, Carlos Bolsonaro, postaram um vídeo em que uma pessoa, sem identificação, mostra imagem de um galpão vazio e afirma estar no Ceasa, de Belo Horizonte. Bolsonaro critica governadores e fala em “destruição”. O desconhecido afirma que o “desabastecimento” é resultado do isolamento e vem com um discurso que se encaixa na retórica bolsonarista de que vai faltar comida e haverá caos.

A reportagem da CBN esteve no local e checkou que está tudo normal. O vereador Gabriel Azevedo (sem partido) também postou fotos que mostram exatamente o contrário do que Bolsonaro quer fazer acreditar.

Os episódios mostram que não adianta apagar posts, congelar contas por algumas horas. Gente com a mesma postura de Bolsonaro e de seus apoiadores deveria ser banida das redes sociais. O que falta para que Twitter, Facebook, YouTube e Instagram cancelem essas contas para sempre?

Mas não cabe ao Twitter, tampouco ao Facebook e ao Instagram, que tomaram atitudes semelhantes, decidir o que o presidente da República pode ou não dizer nas redes sociais. A liberdade de expressão é uma garantia constitucional, ainda que não seja um direito absoluto. Todos precisam responder pelos seus atos, mas cabe ao Congresso Nacional e ao Poder Judiciário frear e, eventualmente, punir o presidente.

A Justiça, aliás, fez exatamente isso ao barrar a veiculação de uma campanha do governo federal que pregava que o “Brasil não pode parar”. Da mesma forma, é atribuição do Congresso analisar se Bolsonaro cometeu crime de responsabilidade ao atentar contra o artigo 196 da Constituição, que estabelece que a saúde é direito de todos e é dever do Estado garantir “políticas sociais e econômicas que visem a redução do risco de doenças”. Crime de responsabilidade é passível de impeachment.

Nos últimos anos, as redes sociais têm sido pressionadas a adotar medidas contra a propagação de discursos de ódio e fake news. Mas uma coisa é reconhecer que muito pode ser feito para coibir a difusão de conteúdos abjetos, bem como evitar a propagação de informações que possam colocar as pessoas em maior risco de transmitir o coronavírus. Outra é se autoempoderar como uma espécie de Supremo Tribunal do Mundo e cassar a palavra de um presidente, ainda que esse presidente seja Bolsonaro.

Transparência na Internet também veda a promoção e a criação de anúncios com conteúdo falso.

“O projeto traz avanços no enfrentamento das fake news no país porque atua em cinco eixos: correção do erro; desintoxicação dos algoritmos das redes, evitando que aquele assunto continue gerando desinformação;



banimento de robôs; vedação de conteúdo pago; e transparência sobre o que é feito para controle das mentiras”, argumenta Rigoni.

Para o senador Alessandro Vieira, o envio de correções para todos os usuários afetados, feitas por verificadores independentes, vai diminuir o alcance do conteúdo falso e a viralização da desinformação. “Combater as *fake news* passou a ser uma questão de saúde pública”, enfatiza o senador.

A deputada federal Tabata Amaral ressalta os riscos que a desinformação tem trazido. “Especialmente em momentos de crise como o que estamos vivendo, a propagação de uma mentira pode colocar vidas em risco. Não podemos subestimar o impacto das *fake news*; passou da hora de termos uma regulamentação efetiva desse tipo de conteúdo”, pontua.

Entenda mais sobre os cinco pilares do projeto:

Correção do erro

A correção consiste em enviar alerta às vítimas que interagiram com *fake news*. A checagem será sempre realizada por duas agências independentes, contratadas pelas redes sociais, sem interferência do Estado. Recentemente, a prática passou a ser adotada pelo Facebook para notícias falsas relacionadas à pandemia.

Desintoxicação de algoritmos

Quanto mais curtidas e compartilhamentos um post recebe, mais ele será exibido para outras pessoas. É a lógica de funcionamento das redes sociais. O projeto cobra a desintoxicação deste algoritmo quando o conteúdo for identificado como falso, impedindo que continue viralizando.

Banimento de robôs e contas inautênticas

O banimento de robôs e contas inautênticas já é realizado por algumas plataformas, mas falta periodicidade nas ações, explica Rigoni. O projeto identifica o conteúdo espalhado pelas contas banidas e emite alertas de *fake news*.

Identificação de conteúdo pago

“Pagar pela promoção de conteúdo falso pode causar danos graves à democracia e à saúde das pessoas”, enfatiza Rigoni. O projeto permite identificar quem paga para impulsionar mentiras nas redes sociais.

Transparência

O projeto propõe que as plataformas emitam relatórios periódicos sobre o alcance do conteúdo falso identificado, o número de contas banidas e as demais ações tomadas para combate às *fake news*.

MAIS QUE ORWELL, HUXLEY PREVIU NOSSO TEMPO

Hélio Gurovitz- jornalista e blogueiro do portal G1

Publicado em 1948, o livro *1984*, de George Orwell, saltou para o topo da lista dos mais vendidos depois da posse de Donald Trump. Parece que as mentiras e a propaganda de Trump – ou melhor, a “pós-verdade” e os “fatos alternativos” – foram antevistos no Grande Irmão, no Ministério da Verdade e em todo o universo orwelliano. A distopia de Orwell, mesmo situada no futuro, tinha um endereço certo em seu tempo: o stalinismo. Sua obra toda, não apenas *1984*, está repleta de ataques às ditaduras totalitárias que procuravam manter o poder pela censura de vozes discordantes, pelo extermínio de opositores, pelo controle da informação e pela difusão de uma versão única e centralizada da verdade. Mas é um equívoco ver em Trump ou Vladimir Putin espectros ressuscitados do nazismo e do stalinismo, retratados em *1984*. Orwell fez uma caricatura da ditadura, não da democracia. O mundo da “pós-verdade”, dos “fatos alternativos” e da anestesia intelectual nas redes sociais mais parece outra distopia, publicada em 1932: *Admirável mundo novo*, de Aldous Huxley.

Não se trata de uma tese nova. Ela foi levantada pela primeira vez em 1985, num livreto do teórico da comunicação americano Neil Postman: *Amusing ourselves to death* (Nos divertindo até morrer), lembrado por seu filho Andrew em artigo recente no *The Guardian*. “Na visão de Huxley, não é necessário nenhum Grande Irmão para despojar a população de autonomia, maturidade ou história”, escreveu Postman. “Ela acabaria amando sua opressão, adorando as tecnologias que destroem sua capacidade de pensar. Orwell temia aqueles que proibiram os livros. Huxley temia que não haveria motivo para proibir um livro, pois não haveria ninguém que quisesse lê-los. Orwell temia aqueles que nos privariam de informação. Huxley, aqueles que nos dariam tanta que seríamos reduzidos à passividade e ao egoísmo. Orwell temia que a verdade fosse escondida de nós. Huxley, que fosse afogada num mar de irrelevância.”

No futuro pintado por Huxley, a sociedade está dividida em castas. Crianças projetadas geneticamente saem de fábricas de bebês e são condicionadas a exercer das funções mais nobres às

mais abjetas. Não há mães, pais ou casamentos. O sexo é livre. A diversão está disponível na forma de jogos esportivos, cinema multissensorial e de uma droga que garante o bem-estar sem efeito colateral: o soma. Restaram na Terra dez áreas civilizadas e uns poucos territórios selvagens, onde grupos nativos ainda preservam costumes e tradições primitivos, como família ou religião. “O mundo agora é estável”, diz um líder civilizado. “As pessoas são felizes, têm o que desejam e nunca desejam o que não podem ter. Sentem-se bem, estão em segurança; nunca adoecem; não têm medo da morte; vivem na ditosa ignorância da paixão e da velhice; não se acham sobrecarregadas de pais e mães; não têm esposas, nem filhos, nem amantes por quem possam sofrer emoções violentas; são condicionadas de tal modo que praticamente não podem deixar de se portar como devem. E se, por acaso, alguma coisa andar mal, há o soma.”

Para chegar à estabilidade absoluta, foi necessário abrir mão da arte e da ciência. “A felicidade universal mantém as engrenagens em funcionamento regular; a verdade e a beleza são incapazes de fazê-lo”, diz o líder. “Cada vez que as massas tomavam o poder público, era a felicidade, mais que a verdade e a beleza, o que importava.” A verdade é considerada uma ameaça; a ciência e a arte, perigos públicos. Mas não é necessário esforço totalitário para controlá-las. Todos aceitam de bom grado, fazem “qualquer sacrifício em troca de uma vida sossegada” e de sua dose diária de soma. “Não foi muito bom para a verdade, sem dúvida. Mas foi excelente para a felicidade.”

No universo de Orwell, a população é controlada pela dor. No de Huxley, pelo prazer. “Orwell temia que nossa ruína seria causada pelo que odiamos. Huxley, pelo que amamos”, escreve Postman. Só precisa haver censura, diz ele, se os tiranos acreditam que o público sabe a diferença entre discurso sério e entretenimento. “Quão maravilhados ficariam todos os reis, czares, fúhrers do passado (e comissários do presente) em saber que a censura não é uma necessidade quando todo o discurso político assume a forma de diversão.” O alvo de Postman, em seu tempo, era a televisão, que ele julgava ter imposto uma cultura



fragmentada e superficial, incapaz de manter com a verdade a relação reflexiva e racional da palavra impressa. O computador só engatinhava, e Postman mal poderia prever como celulares, tablets e redes sociais se tornariam – bem mais que a TV – o soma Adaptado, *Revista Época* nº 973 – 13 de fevereiro de 2017, p. 67.

contemporâneo. Mas suas palavras foram prescientes: “O que afligia a população em *Admirável mundo novo* não é que estivessem rindo em vez de pensar, mas que não sabiam do que estavam rindo, nem tinham parado de pensar”.

Distopia = Pensamento, filosofia ou processo discursivo caracterizado pelo totalitarismo, autoritarismo e opressivo controle da sociedade, representando a antítese de utopia. (BECHARA, E. *Dicionário da língua portuguesa*. 1ª ed. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 2011, p. 533).

MÃOS À OBRA

A partir da leitura dos textos motivadores e com base nos conhecimentos construídos ao longo de sua formação, redija um texto dissertativo-argumentativo em modalidade escrita formal da língua portuguesa sobre o tema: **“IMPACTOS NEGATIVOS DO USO INDISCRIMINADO DA INTERNET”**, apresentando proposta de intervenção que respeite os direitos humanos. Selecione, organize e relacione, de forma coerente e coesa, argumentos e fatos para defesa de seu ponto de vista. Seu texto deve ter entre 07 e 30 linhas escritas.

